

Moro diz que sã³ soube de grampo em escritÃ³rio em notÃcia da ConJur

De nada adiantaram os dois ofÃcios enviados pela TelefÃnica em fevereiro e marÃo ao juiz Sergio Moro informando que ele havia autorizado a interceptaÃo do telefone central do escritÃrio Teixeira, Martins e Advogados. O responsÃvel pelos processos da operaÃo “lava jato” em Curitiba enviou um novo documento ao Supremo Tribunal Federal dizendo que a informaÃo s³ foi notada por ele depois que [reportagens da ConJur](#) apontaram o problema.

Em um [ofÃcio](#) que chegou ao STF nesta terÃa-feira (5/4), Moro dÃ explicaÃes por ter dito ao Supremo, no dia 29 de marÃo, que nÃo sabia dos grampos no ramal central do escritÃrio. Dois dias depois de o juiz se manifestar sobre o assunto, reportagem da revista eletrÃnica **Consultor JurÃdico** mostrou que dois ofÃcios enviados pela operadora de telefonia à 13ª Vara Federal de Curitiba, no dia [23 de fevereiro](#) (quando foram determinados os grampos) e no dia [7 de marÃo](#) (quando foram prorrogadas as escutas), deixam claro que um dos telefones grampeados pertence à banca de advocacia.

ReproduÃo



Grampo em escritÃrio “nÃo foi percebido” at³ a publicaÃo das notÃcias, diz Sergio Moro.
ReproduÃo

Agora, Moro diz que a informaÃo “nÃo foi percebida pelo JuÃzo ou pela Secretaria do JuÃzo at³ as referidas notÃcias extravagantes” — sem citar nominalmente a **ConJur**, primeiro veÃculo a noticiar o problema. O juiz explica que um ofÃcio da operadora foi juntado aos autos em 11 de marÃo e os autos seguiram conclusos ao juÃzo no dia 15 de marÃo, “jÃ para a interrupÃo das interceptaÃes, ordenada imediatamente em seguida”.

O responsÃvel pelos processos da “lava jato” em Curitiba confirma que o Minist³rio PÃblico Federal indicou o n³mero do escritÃrio de advocacia como se fosse de uma empresa do ex-presidente Luiz

Inácio Lula da Silva. Moro diz que a autorização concedida por ele “tinha por pressuposto que o terminal era titularizado pela empresa do ex-presidente e não pelo escritório de advocacia, tanto que na decisão judicial de autorização foi ele relacionada à Lils Palestras”, diz o ofício.

Em resposta à **ConJur**, o MPF afirmou que o número [foi listado no pedido por engano](#). O resultado foi que conversas de todos os 25 advogados do escritório com pelo menos 300 clientes foram grampeadas, além de telefonemas de empregados e estagiários da banca. Levando em conta a fatura telefônica do Teixeira, Martins e Advogados, é possível concluir que ao menos 100 horas de conversas estão arquivadas no sistema Guardiã do MPF. O sistema não intercepta, mas organiza e armazena os dados e conversas dos grampos, permitindo inclusive o cruzamento de dados por hora, dia e até pela voz do alvo.

No ofício enviado nesta terça ao STF, o juiz Sergio Fernando Moro diz que não há diálogos interceptados a partir do telefone do escritório nos relatórios de interceptação da Polícia Federal, com a seleção dos áudios relevantes. Ele diz também que, se houve interceptação de diálogos do terminal, “o resultado deve estar no DVD encaminhado a esta Suprema Corte através do ofício 70001744026, não tendo este juízo condições de verificar o fato já que não dispõe de cópia”.

Dois parágrafos depois de dizer que não tem acesso aos áudios, no entanto, Moro afirma que a informação de que ele teria autorizado a interceptação de dezenas de advogados por meio do terminal da banca “não corresponde ao efetivamente ocorrido, sequer havendo notícia de qualquer diálogo interceptado de fato no referido terminal”.

Advogado ou investigado

O advogado Roberto Teixeira, um dos sócios do Teixeira, Martins e Advogados e que teve o seu celular interceptado com a autorização de Moro, é conhecido como advogado de Lula desde os anos 1980. No entanto, Moro diz, na decisão que autorizou a quebra do sigilo: “Não identifiquei com clareza relação cliente/advogado a ser preservada entre o ex-presidente e referida pessoa [Roberto Teixeira]”. Como exemplo, o juiz aponta que ele não está listado como advogado em um dos processos de Lula na Justiça Federal do Paraná, ignorando o fato de constar na mesma ação o nome do advogado Cristiano Zanin Martins, sócio de Teixeira no escritório.

Moro já disse também ao Supremo que Teixeira é investigado na “lava jato”. A questão é polêmica, uma vez que o advogado afirma nunca ter sido informado sobre qualquer investigação contra ele. Inclusive, no dia em que o ex-presidente Lula [foi levado coercitivamente](#) pela Polícia Federal para depor, o advogado perguntou ao delegado Luciano Flores de Lima se ele também estava sendo investigado. A resposta foi clara: não.

Precedente perigoso

Em nota, o escritório Teixeira, Martins e Advogados diz que a interceptação telefônica de advogados constituídos por pessoa que sofre perseguição penal por parte do Estado “é um dos mais graves atentados ao Estado Democrático de Direito”. A situação, dizem os advogados, mostra “clara violação à garantia constitucional da ampla defesa e, ainda, da inviolabilidade das comunicações telefônicas entre cliente e advogado, assegurada por lei”.

A nota lembra ainda que o Brasil foi condenado em 2013 pela Corte Internacional de Direitos Humanos



(caso Escher VS. Brazil) porque autoridades do Paraná "fizeram interceptação telefônica de advogados e divulgaram o teor desse material — de forma análoga ao que fez o juiz Sérgio Moro em relação aos advogados do ex-presidente Lula".

Clique [aqui](#) para ler o ofício de Moro ao STF.

Clique [aqui](#) para ler a nota do escritório.